

Dívida: bancos aceitam a conversão. Mas querem garantias.

Fernando Milliet, presidente do BC, dá razão aos credores privados: apesar da moratória dos juros, eles mantiveram os empréstimos ao País.

O avanço nas negociações com os bancos credores poderá evitar que o Federal Reserve — FED, órgão do governo americano equivalente ao nosso Banco Central — classifique o Brasil como devedor de alto risco na reunião que deverá realizar no próximo dia 26. Se este avanço ocorrer, a reclassificação poderá ser adiada por seis meses, para a próxima reunião do FED. A informação foi dada ontem pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, que acredita na possibilidade de fecharmos um acordo com os credores, com validade até 89, até o final do ano. Para Milliet, as negociações estão caminhando, apesar das dificuldades de aceitação de algumas propostas brasileiras, como a da redução do **spread** — em nenhum momento o presidente do BC falou em **spread** zero — e da fixação de um teto para a taxa de juros.

Milliet disse que, na reunião realizada na sexta-feira em Nova York, o comitê dos bancos — que reúne 14 bancos, representando quase 700 credores — deixou claro que quer ter garantias de que haverá igual participação na concessão de créditos para o Brasil por parte dos credores privados e os do setor público, como o Clube de Paris e Banco Mundial.

— O Brasil decretou a moratória e deixou de pagar os juros dos compromissos a longo prazo aos bancos credores que, no entanto, continuaram a conceder créditos ao Brasil. O pagamento às entidades oficiais, como o Clube de Paris, foi mantida quase que integralmente. Só que estas entidades reduziram os créditos. Agora, os credores privados querem garantias de que esta situação não irá perdurar, o que acreditamos ser correto. O Brasil não procurou esta situação, mas ela ocorreu de fato. Este foi o ponto mais importante na colocação dos bancos, que explicitamente aceitaram a conversão de parte da nossa dívida em títulos. Só que esta conversão ainda precisa ser detalhada.

Milliet disse que propôs aos bancos a participação dos credores públicos e privados na mesma proporção da concessão de créditos. Bancos e Brasil devem reunir-se nos próximos dias para fazer uma avaliação de como será esta participação. O Brasil está pedindo aos bancos US\$ 10,4 bilhões, além do que está sendo solicitado aos credores oficiais. Segundo Milliet, as necessidades globais brasileiras serão reexaminadas e será feita

uma tentativa de distribuição destes créditos entre credores privados e oficiais. “As entidades oficiais, como o Clube de Paris, serão consultadas para ver se concordam com os números a serem fixados. Só então partiremos para o detalhamento bancário, como a fixação de **spreads** e juros”, disse.

O presidente do Banco Central deixou claro ser do interesse do Brasil a fixação de um acordo com validade para 87, 88 e 89, permitindo maior previsibilidade na economia, acabando com as incertezas que prejudicam o clima para os investimentos e para a entrada de recursos externos. “Estamos empenhados em conseguir um acordo mais amplo, para acabar com o clima de incerteza que domina o País desde a crise da dívida.” Na visão de Milliet, não é interessante para o Brasil firmar um acordo temporário.

Milliet acredita ser possível conseguir este acordo até o final do ano porque os credores estão aceitando melhor as propostas brasileiras, embora algumas ainda sejam vistas com reservas e devam ser motivos de discussão. Uma destas é a fixação de um teto para a taxa de juros, um mecanismo existente nos Estados Unidos para as dívidas de longo prazo.

— Isto não significa que o Brasil irá perder se os juros subirem a níveis mais altos que os fixados no teto, explicou Milliet. Eles assumem o compromisso de refinanciar o “excesso” dos juros, caso ocorra. Este mecanismo é comum nos Estados Unidos e não estamos inovando nada. Apenas propusemos que ele seja utilizado nos empréstimos internacionais. Ainda não sabemos como os credores irão aceitar a proposta.

Apesar das dificuldades — outra é quanto à redução do **spread** —, o presidente do Banco Central disse que até o momento não existem motivos para se acreditar em um impasse. Nova reunião, informal, será realizada entre técnicos brasileiros e alguns bancos na semana do dia 12 e na seguinte deverá haver reunião entre o Brasil e o Comitê dos Bancos. O desenrolar destas negociações será fundamental para que o Brasil não seja classificado como um mau pagador pelo FED. A reclassificação certamente significará quedas nas ações dos bancos credores e novas dificuldades para o Brasil na negociação da dívida externa.

Jane Soares

